

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GPR/Nº 772, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2013, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLICADA NO DO	SEÇÃO 1
FL. 179/180	De 29/05/2013

Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Presidente do TJDF

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Maio/2012 a Abril/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Mai/12 a Abr/13)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.431.494.814,38	25.901.281,27
Pessoal Ativo	1.174.844.945,87	10.430.577,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	256.649.868,51	15.470.703,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	281.475.170,09	25.569.931,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	4.222.964,30	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	23.596.524,05	25.569.931,27
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	253.655.681,74	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.150.019.644,29	331.350,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	1.150.350.994,29	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	621.158.840.000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,185194%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.708.186.810
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.622.777.470
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,247500%	1.537.368.129

FONTE: SIAFI, Órgão 16.000 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/12, excluindo-se desses as vinculadas às fontes 56/69.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 56/69.

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
 Secretário-Geral

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GPR/Nº 1.336, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2013, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLICADA NO DO	SEÇÃO 1
FL. 188	De 27/09/2013

Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Presidente do TJDF

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Setembro/2012 a Agosto/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Set/12 a Ago/13)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.453.794.568,56	25.901.281,27
Pessoal Ativo	1.188.491.867,93	10.430.577,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	265.302.700,63	15.470.703,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	271.979.439,36	25.569.931,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.577.773,06	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.026.395,86	25.569.931,27
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	262.375.270,44	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.181.815.129,20	331.350,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.182.146.479,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.567.000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,189004%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.720.019.309
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.634.018.344
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,247500%	1.548.017.378

FONTE: SIAFI, Órgão 16.000 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de setembro a dezembro/12, excluindo-se dessas as vinculadas às fontes 56/69.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 56/69.

FÁTIMA ORBAGE DE BRITTO
 Secretária Substituta de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
 Secretário-Geral

PORTARIA GPR 105 DE 27/01/2014

por [Debora Dourado Rodrigues](#) – última modificação 14/03/2014 12:29



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 105 DE 27 DE JANEIRO DE 2014

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#), [Portaria GPR n. 105, de 27.01.2014](#).

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2013, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Desembargador

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O REPUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14/03/2014, SEÇÃO 1, FLS. 159/160

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Janeiro/13 a Dezembro/13

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Jan/13 a Dez/13)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.504.302.733,98	14.441.488,02
Pessoal Ativo	1.229.622.753,11	11.329.052,89
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	17.198.344,17	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.212.424.408,94	11.329.052,89
Pessoal Inativo e Pensionistas	274.679.980,87	3.112.435,13
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	4.828.700,93	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	269.851.279,94	3.112.435,13
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	252.028.105,43	8.228.063,37
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	235.105,96	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.530.423,32	6.979.223,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	250.262.576,15	1.248.839,85
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.252.274.628,55	6.213.424,65
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + IIIb)	1.258.488.053,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	656.094.218.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,191815%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000%	1.804.259.099,50
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250%	1.714.046.144,53

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 637/2012 e Portaria STN nº 21/2014, que divulga a Receita Corrente Líquida.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas, relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156/169.

3) As despesas não computadas, relativas a decisão judicial, referem-se à exercícios anteriores (331909291).

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
 Secretário-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Recursos Ordinários (00)	123.487.689,25	65.672.548,84	57.815.140,41
Custas e Emolumentos - Poder Judiciário (27)	10.587.051,57	3.443.562,32	7.143.489,25
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados (50)	3.556.109,58		3.556.109,58
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (56)	0,70		0,70
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor - Patronal (69)	861.915,69		861.915,69
Tx/Multa p/Poder Polícia e Mul. Processo Judicial (74)	31.646,00	31.646,00	
Recursos Diretamente Arrecadados - Rendimentos convênios (80)	14.087.123,15		14.087.123,15
Recursos de Convênio (81)	77.612.934,92	11.541.241,53	66.071.693,39
Recursos Diversos ¹ (90)	1.635.844,00	1.635.844,00	-
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO	231.860.314,86	82.324.842,69	149.535.472,17
OUTRAS CONTAS - Depósito Caução	55.830,20	55.830,20	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS NÃO DETALHADOS POR DESTINAÇÃO	55.830,20	55.830,20	-
TOTAL (III) = (I + II)	231.916.145,06	82.380.672,89	149.535.472,17
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			

FONTE: SIAFI 2013 - Elaboração SUCON-TJDFT

1) Recursos Diversos são Passivos Financeiros (depósitos), desvinculadas da execução orçamentária, constituídos de custas e emolumentos, arrecadados em dezembro/13 pela UG 100011 - Corregedoria.

2) Incluído nas obrigações, valores diferidos consolidados, no total de R\$ 33.709.885,67, sendo R\$ 32.769.441,35, na fonte 100, R\$ 908.798,32, fonte 127 e R\$ 31.646,00, fonte 174.

Fonte: SIAFI-2013 e Macrofunção do Manual SIAFI 021301.

Elaboração: SUCON/TJDFT

* Republicação da versão publicada no DOU de 29.01.2014, Seção 1, pág. 109

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
Secretário-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários (00)	2.019.682,65	8.630.255,17	22.247.271,61	45.231.787,49	57.815.140,41	
Custas e Emolumentos – Poder Judiciário (27)		2.534.764,00		1.780.954,31	7.143.489,25	
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados (50)				1.229.753,26	3.556.109,58	
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (56)				394.915,22	0,70	
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor - Patronal (69)				853.924,63	861.915,69	
Recursos Diretamente Arrecadados - Rendimentos convênios (80)				164.868,00	14.087.123,15	
Recursos de Convênio (81)	273.986,38	4.595,90	11.262.659,25	18.858.029,71	66.071.693,39	
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO	2.293.669,03	11.169.615,07	33.509.930,86	68.514.232,62	149.535.472,17	
DEMAIS RECURSOS	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	2.293.669,03	11.169.615,07	33.509.930,86	68.514.232,62	149.535.472,17	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

Fonte: SIAFI-2013 e Macrofunção do Manual SIAFI 021301.

Elaboração: SUCON/TJDFT

* Republicação da versão publicada no DOU de 29.01.2014, Seção 1, pág. 109

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
 Secretário-Geral

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

LRF, art. 48 - Anexo VII R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.258.488.053,20	0,191815%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,275000%>	1.804.259.099,50	0,27500000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,261250%>	1.714.046.144,53	0,26125000

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	68.514.232,62	149.535.472,174

FONTE: SIAFI 2013 - Elaboração SUCON-TJDFT

*Republicação da versão publicada no DOU de 29.01.2014, Seção I, p.109

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
Secretário-Geral